



À COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N° 002/2022 - DECOMP/DA

RECEBIDO
Data: 03/08/22
Hora: 12:00
Ass: WP
6 fls
Mat 772768

PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.701.380/0001-80, com sede na Rua 3, QD CHC, Lote 277, Aparecida de Goiânia - GO, vem, respeitosamente, perante a V. Senhoria, através de seu representante já credenciado nos autos do processo, apresentar comunicação de **FATO SUPERVENIENTE**, com relação ao **CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA**.

Rua 3 Qd CHC, Lt 0277 Chácara São Pedro – Aparecida de Goiânia, CEP 74.923-030 – Fone: (62)3219-3300

1. FATO SUPERVENIENTE - INIDONEIDADE CONSORCIADA MPE

Comunica-se a existência de fatos supervenientes que devem ensejar a inabilitação do Consórcio Teatro de Brasília.

Após a interposição dos recursos, tomamos ciência que a MPE foi declarada inidônea pelo TCU, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar de 27/04/2022, por fraudes cometidas em licitações da Petrobras S.A, esquema que foi investigado pela conhecida operação "Lava Jato".

*"9.2. declarar a inidoneidade da MPE Montagens e Projetos Especiais S/A para participar de licitação na administração federal ou nos certames promovidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da aplicação de recursos federais, durante o período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.443, de 1992; **devendo a referida inidoneidade ser estendida às atuais ou supervenientes pessoas jurídicas constituídas como controladas ou subsidiárias, entre outras formas, a partir da alteração nos estatutos ou contratos sociais, com vistas a absorver as atividades da empresa condenada para, assim, burlar indevidamente a presente decretação de inidoneidade;**"*
(Acórdão 82/2021 - Plenário)

Percebe-se que a componente do Consórcio é a empresa MPE Engenharia S.A, enquanto a penalizada seria a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, que teve seus acervos técnicos cindidos à MPE Engenharia.

IV - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE

1) Aprovação da incorporação, pela Companhia, de parte do patrimônio técnico de MPE – Montagens e Projetos Especiais S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, situada na Rua São Francisco Xavier, 603 – 1º andar – Maracanã, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.876.709/0001-89, o qual fora objeto de cisão nesta data, sendo a incorporação realizada pelo valor apurado com base nos laudos de avaliação (doc. 02), tudo de acordo com o instrumento de protocolo e justificação da cisão com versão do patrimônio para a MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A. anexo (doc. 01), que ora é aprovado em todos os seus termos e preceitos legais. Aprovado por unanimidade.

Isso ocorre em 2015, quando a Lava Jato já estava em vigor e a MPE já havia sido alvo da operação.¹

Portanto, a cisão parcial dos acervos da MPE Montagens à MPE Engenharia, configura exatamente aquilo previsto pelo Tribunal de Contas da União, a tentativa de burlar a decretação de inidoneidade.

Com base na deliberação do TCU, de que a declaração de inidoneidade deve *"ser estendida às atuais ou supervenientes pessoas jurídicas constituídas como controladas ou subsidiárias, entre outras formas, a partir da alteração nos estatutos ou contratos sociais, com vistas a absorver as atividades da empresa condenada para, assim, burlar indevidamente a presente decretação de inidoneidade;"*, é fato que a absorção dos acervos técnicos foi uma tentativa da MPE de permanecer participando de licitações², o que não pode ser aceito.

Este entendimento fica mais claro quando da leitura do Acórdão 865/2022 – Plenário.

¹ <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/03/cgu-abre-processo-contra-outras-seis-empresas-investigadas-na-lava-jato.html>

² <https://istoe.com.br/a-lava-jato-nao-acabou-2/>

*"9.2. declarar a inidoneidade da MPE Montagens e Projetos Especiais S/A para participar de licitação na administração federal ou nos certames promovidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da aplicação de recursos federais, durante o período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.443, de 1992; **devendo a referida inidoneidade ser estendida às atuais ou supervenientes pessoas jurídicas constituídas como controladas ou subsidiárias, entre outras formas, a partir da alteração nos estatutos ou contratos sociais, com vistas a absorver as atividades da empresa condenada para, assim, burlar indevidamente a presente decretação de inidoneidade**"*

Portanto, resta evidente que, com a cisão da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais, a MPE Engenharia S.A absorveu as atividades da empresa condenada, incorrendo exatamente na situação prevista pelo TCU.

De acordo com a alínea "b" do item 3.5 do Edital, está impedida de participar, direta ou indiretamente, a licitante que foi declarada inidônea.

*"3.5 Estarão impedidas de **participar direta ou indiretamente** desta licitação:*

b) Empresas que estejam suspensas temporariamente ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública;"

Desta forma, tendo em vista que a MPE Engenharia absorveu os acervos da MPE Montagens e, que estes foram utilizados para fins de comprovação técnica do consórcio, houve clara tentativa de burlar a declaração de inidoneidade aplicada.

Isto posto, consoante com a deliberação do TCU, a declaração de inidoneidade se estende às demais pessoas jurídicas que absorveram as atividades da empresa condenada, estendendo-se neste caso à MPE Engenharia S.A, integrante do Consórcio Teatro de Brasília.

Rua 3 Qd CHC, Lt 0277 Chácaras São Pedro – Aparecida de Goiânia, CEP 74.923-030 – Fone: (62)3219-3300



DO REQUERIMENTO

Desta feita, requer-se a inabilitação do Consórcio Teatro de Brasília, além das razões já expostas em recurso, pela declaração de inidoneidade que se estende à MPE Engenharia S.A, componente do consórcio.

Nestes termos, pede deferimento.

Aparecida de Goiânia, 03 de agosto de 2022.

Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda

Giuliano Balsini Merolli

Rua 3 Qd CHC, Lt 0277 Chácara São Pedro – Aparecida de Goiânia, CEP 74.923-030 – Fone:
(62)3219-3300

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F1A8-8E53-A442-C786> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F1A8-8E53-A442-C786



Hash do Documento

0785A030830950BC6DC76188B46AD784A2937D9747D194D623EE65EDB312D447

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/08/2022 é(são) :

☒ Giuliano Balsini Merolli (Signatário) - 085.104.169-82 em
03/08/2022 09:14 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

